

1                                   **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS**  
2                                   **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência-COEDE/PR**  
3                                   **Reunião Ordinária de MARÇO de 2019**

4   Aos onze dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e 25 minutos , na sala  
5   de Gestão do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, sétimo andar, Centro  
6   Cívico, Curitiba Paraná, inicia a Reunião Ordinária com pauta nas **Comissões Permanentes**.  
7   Ressalva para a presença de um (a) interprete na reunião. **Abertura**. Secretaria Executiva inicia os  
8   trabalhos em segunda chamada, para a qual os presentes se apresentam. Conselheiros **Sociedade**  
9   **Civil**, Andréa Cristina de Fátima dos Santos APAE Piraquara; Selma Maria Hadas dos Santos da  
10   Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Cruzeiro do Oeste; Carlos Renato do Rosário  
11   da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Paranaguá; Pedro Maria Martendal de  
12   Araújo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Cascavel; Celma Juliane Siqueira  
13   Gomes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos FENEIS; Ricardo Vilarinho da  
14   Costa da Universidade Livre para Eficiência Humana UNILEHU; Carla Regina Wingert de Moraes da  
15   Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Palmas; Horaides Defant Souza Borges da  
16   Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Santo Antônio do Sudoeste; Cilmara de  
17   Fátima Buss de Oliveira da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual APADEVI de Ponta  
18   Grossa e Ivan José de Pádua ACADEVI. Conselheiros **Governamentais**, Samanta Krevoruczka  
19   SEDS; Larissa Sayuri Yamaguchi CPSE/SEDS; Isacc Ramos Ferreira e Abimael Mardegan SEJU;  
20   Cláudia Camargo Saldanha e Mario Sérgio Fontes SEET; Walmir dos Santos e Dilço Angelo Cruzara  
21   SEJUF; Noemi Nascimento Ansay SETI; Clara Márcia Piazzetta SETI; Juvanira Mendes Teixeira SESP;  
22   Eliseu Raphael Venturi SEPL. Identificou-se a presença dos convidados, senhora Rosana Beraldi  
23   Bevervanço do Ministério Público do Paraná e da senhora Berenice Reis Lessa Representante da  
24   OAB. Apresenta-se a senhora Juliana Müller como interina frente a Secretaria Executiva para auxiliar  
25   na reunião do Conselho. A reunião prossegue, com inclusão de pauta, pontuando o afastamento do  
26   senhor Presidente Mauro Vincenzo Cláudio Nardini, devido a sua ausência, surge a necessidade de se  
27   eleger um Conselheiro para Presidir a reunião nesta data. Apresentação da pauta por Juliana Müller,  
28   Secretaria Executiva que esclarece a todos, que caso algum ponto de pauta tenha sido esquecido,  
29   pede desculpas, fazendo menção de que a Secretaria está em processo de reorganização. Inclusão da  
30   Paula. Sugere-se inclusões de pauta para abril devido a pauta de hoje estar extensa. **Pauta**  
31   **Aprovada**. Disponibilizada a ata posteriormente para contribuição que se fizer necessária, até a data  
32   de dezoito de março, na sequência caso nenhuma contribuição seja acrescida, a pauta será  
33   considerada Aprovada pelo Conselho. Segue a escolhas dos nomes, manifestam os interessados.  
34   Sugerem o anterior Presidente do Conselho devido à sua experiência. Abre-se para votação. Pactuam  
35   sobre a possibilidade da Presidência ser dirigida por um deficiente, a fim de se prestigiar os diversos

36 segmentos, sugerem o Conselheiro Ivan Pádua. Indagam de quando é que se teve um cego  
37 Presidindo o COEDE. Sugestão apreciada pelos Conselheiros. Definido a Presidência da reunião de  
38 hoje, senhor Ivan de Pádua. Retomada dos trabalhos. Ainda, Juliana Muller, Secretária Executiva,  
39 aponta sobre a junção das Secretarias SEDS e SEJU, ainda não oficial, mas informa que a integração  
40 implicará em mudança do nome da Secretaria. Segue com a leitura dos nomes dos Titulares e seus  
41 respectivos Suplentes. Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social SEDS, Flávia  
42 Bandeira Cordeiro e Samanta Krevoruczka; Secretária da Justiça SEJU Isaac Ramos Ferreira e  
43 Abimael Mardegan; SEJU Trabalho Walmir dos Santos e Dilço Cruzara, Secretária de Educação SEED  
44 Cláudia Saldanha e Maria Odhilie Diedrich, e Secretária do Planejamento Eliseu Raphael Venturi e  
45 Paulo Roberto Luccas. Para a Secretária de Cultura, Juliana Muller diz que ainda se está em Processo  
46 de nomeação, salienta que os Ofícios, foram analisados desde o mês de novembro do ano passado  
47 até esta data, sendo quase que na sua totalidade todos pautados. Em organização, caso tenha ficado  
48 algum a ser pautado, Juliana Muller afirma que logo será regularizado. Constar em ata de março. Em  
49 discussão, se levanta a dúvida sobre a nova indicação para a Secretária de Esportes. A senhora  
50 Juliana Muller, diz desconhecer, e afirma que oficialmente não chegou nada ao seu conhecimento, mas  
51 diz que irá verificar. **Encerra os Informes.** O Presidente Senhor Ivan de Pádua faz seus  
52 agradecimentos ao empenho da Secretária Executiva. O Presidente ainda, expõe sobre a pauta estar  
53 extensa e da necessidade de se prosseguir apenas com a leitura dos históricos e denúncias para  
54 maior agilidade da reunião. Plenária concorda. Segue a leitura dos **relatos das Comissões.** Primeira  
55 Comissão, **Políticas Básicas.** Conselheiros, Tereza de Jesus Loução Pereira, Horaides Defant S.  
56 Borges, Andréa Cristina de Fátima Santos, Cilmara de Fátima Buss, Cleomira Ferreira Burdzinski,  
57 Claudia Camargo Saldanha, Rosângela Aparecida de Souza e Dulce. **Protocolo Digital** quinze,  
58 quatrocentos e noventa e dois, noventa, traço zero, **Retorno da Secretaria de Educação sobre o**  
59 **Transtorno do Espectro Autista.** O Conselheiro Pedro de Araújo sugere que seja feita discussão e  
60 implementação de estudos referentes ao TEA, para implementação de Políticas Públicas. Relata o  
61 aumento de incidência nos casos exemplificando, Paranaguá com sessenta e cinco alunos junto à  
62 escola especial mantida pela APAE, num total de trezentos e seis alunos, com índice de dezenove  
63 porcentos, em Goioerê a APAE está com dezesseis alunos, em Uiratã a APAE está com dezoito  
64 alunos em cento e trinta matriculados, índice de dezoito porcentos, Lapa está com doze alunos, de  
65 cento e vinte matriculados, sendo o índice de dez porcentos. Solicita portanto análise do COEDE,  
66 considerando que nem todas as pessoas com TEA estão matriculados nas APAEs. Expedido Ofício à  
67 SEED solicitando relatório das Ações já implantadas e as que estão em estudo, em atendimento a  
68 pessoa com transtorno do espectro autista e o número de atendidos no estado. A SEED, por sua vez,  
69 informa que realiza o atendimento educacional especializado no turno; oferta professor de apoio

70 educacional especializado, sendo que estes professores possuem especialização em educação  
71 especial; ofertam atendimento educacional especializado no contraturno, disponibilizando sala de  
72 recursos multifuncionais; realizam formação continuada de professores e profissionais da educação;  
73 realizam Ações em regime de colaboração com as instituições de ensino superior para a criação e  
74 desenvolvimento de pesquisas, metodologias e formação de profissionais que atuam com estudantes  
75 com TEA; participam no Fórum de Gestores da Educação Especial, onde é discutida a oferta do  
76 atendimento educacional especializado; elaboram instruções normativas e pedagógicas; ofertam  
77 Capacitação sobre Educação Especial para Defensores Públicos, Policiais Civis; elaboração de Projeto  
78 de avaliação da eficácia do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino no  
79 Estado do Paraná; diálogo com a União Nacional dos dirigentes municipais de Educação para  
80 alinhamento das Políticas Públicas municipais e Estaduais em relação aos estudantes com TEA,  
81 produção de artigos para publicação e apresentação em eventos científicos, divulgação do cadastro da  
82 pessoa com TEA da Secretaria de Saúde SESA. Ações em estudos, proposta de um Centro Estadual  
83 de capacitação nos transtornos globais de desenvolvimento, objetivando a oferta de formação teórico  
84 prática sobre a temática. Também é realizado o atendimento aos estudantes com deficiência intelectual  
85 associado ao TEA nas instituições parceiras da SEED. O número de atendidos na rede com professor  
86 de apoio é de aproximadamente novecentos e dois estudantes. **Parecer da Comissão**, Aguardar o  
87 retorno dos demais oficiados SEDS, SESA, FEAPAES e FEBIEX. Parecer do COEDE Aprovado.  
88 **Ofício quarenta e quatro, dois mil e dezoito CMDPD de Maringá.** O Conselho Municipal dos  
89 Direitos da Pessoa com Deficiência de Maringá solicita informações sobre quais tipos de livros  
90 (didáticos, de contos) e público-alvo (criança, adulto) sofrerão alteração do Termo de Ajuste de  
91 Conduta do Livro Acessível. Relata que o Conselho se preocupa com o Termo, pois haverá a  
92 diminuição da leitura em braille, prejudicando o deficiente visual na alfabetização e leitura diária,  
93 dificultando a aprendizagem. **Parecer da Comissão** o Ofício sete de dois mil e dezoito do COEDE  
94 refere-se à temática diferente da tratada no Ofício quarenta e quatro CMDPD PR, de Maringá. A  
95 Comissão define pelo encaminhamento de ofício ao referido Conselho, solicitando maiores  
96 informações do atendimento da demanda. **Parecer do COEDE Aprovado. Centro de Atendimento**  
97 **Educacional Especializado em Função da Instrução sete dois mil e dezoito SUED/SEED.** A  
98 diretora do Centro de Atendimento Educacional Especializado de Boa Vista, encaminha e-mail  
99 externando sua preocupação em relação a redução dos direitos da pessoa com deficiência,  
100 considerando a Instrução sete de dois mil e dezoito SUED/SEED que exclui o atendimento à  
101 comunidade (bebês, adultos e idosos que não estejam matriculados no ensino regular) como já tem  
102 sido realizado a anos. Também relata a preocupação com a Instrução quinze de dois mil e dezoito  
103 SUED-SEED que limita o atendimento educacional especializado apenas aos deficientes visuais

104 severos e com cegueira, excluindo os que são classificados como deficiência moderada ou leve. Em  
105 relação à Instrução sete de dois mil e dezoito SUED- SEED, o item que excluía o atendimento à  
106 comunidade já foi revisto. Em relação à Instrução quinze de dois mil e dezoito SUED- SEED, a queixa  
107 de que o atendimento educacional especializado é realizado apenas aos deficientes visuais severos e  
108 com cegueira, excluindo os que são classificados como deficiência moderada ou leve também está  
109 sendo revisto. Em contato telefônico na data do dia oito de março, com Denise Matos, responsável  
110 por atendimento educacional especializado, na SEED, foi informado que estão cientes quanto aos  
111 problemas relacionados a conceituação em relação a deficiência visual e que acarretam este  
112 entendimento. A instrução será revisada ainda em dois mil e dezenove. A Instrução vinte e cinco de  
113 dois mil e dezoito SUED SEED trata especificamente dos Centros de Atendimento Educacional  
114 Especializados da Deficiência Visual. **Parecer da Comissão**, Responder a solicitante com as  
115 informações citadas acima. **Parecer do COEDE Aprovado. Ofício dois mil e novena e um de dois**  
116 **mil e dezoito COOVE Isenção de IPVA para carros novos adaptados.** O COEDE encaminha o  
117 Ofício quinze, dois mil e dezoito ao Detran solicitando informações sobre os procedimentos adotados  
118 para realizar a adaptação e inspeção de carros adaptados, assegurando a isenção do IPVA. O Detran  
119 encaminha informação número dois mil e novena e um de dois mil e dezoito COOVE relatando as  
120 condições para obtenção do desconto de IPI e informa que nos casos de adaptação de veículo é  
121 necessária a abertura de um processo MP63. Autorização prévia para CSV, processo este que pode  
122 ser solicitado ao CIRETRAN, Posto de Trânsito ou Despachante Credenciado pelo Detran/PR. Enviam  
123 ainda, anexo de empresas credenciadas pelo DENATRAN, para as inspeções. **Parecer da Comissão**,  
124 Encaminhar a Informação para todos os conselheiros para ciência. **Parecer do COEDE Aprovado.**  
125 **Isenção de ICMS na aquisição de veículos.** O Diretor do IPC envia e-mail relatando que as pessoas  
126 com deficiência buscam a Receita Estadual para obtenção de isenção do ICMS, na aquisição de  
127 veículos e que estão enfrentando dificuldades na liberação da autorização. Relata demora excessiva  
128 para a concessão do direito. **Parecer da Comissão**, Envio de Ofício a SEFA, solicitando informações  
129 sobre o prazo para a concessão do benefício e lançamento do valor do IPVA nos casos já  
130 protocolados. Solicitar também a quantificação da demanda reprimida atualmente. **Abre-se para**  
131 **discussão.** Sobre os pontos referentes a **Comissão de Políticas Básicas**, o Protocolado Digital e  
132 Ofício CMDPD de Maringá, os Conselheiros sugerem que a discussão seja posteriormente mais  
133 aprofundada para que possa ser Implementado Políticas Públicas para essa temática, bem como, um  
134 atendimento especializado para o contraturno e a formação continuada. Citam municípios. Solicitam  
135 análise do COEDE nas matrículas das APAES, os dados mais aprofundados com relação aos números  
136 atendidos pelo Estado, um posicionamento da SEED, bem como, as suas Ações. Pontuam  
137 Capacitações, Fóruns Gestores, Projetos, Salas de Recursos Multifuncionais, etc. E como sugestão de

138 proposta, um Centro Estadual; seguindo as Instruções Normativas e diálogo com União Nacional.  
139 Ademais, o Conselho solicita informação referente aos livros didáticos, contos, que sofreram com o  
140 termo de Ajuste. Ao que trata do Parecer sete de dois mil e dezoito COEDE, manifesta a Diretora do  
141 Centro de Educação Especializado FENIX de Boa Vista, que se mostra insatisfeita com a redução do  
142 atendimento a pessoa deficiente espectro autista, as crianças que não se encontram matriculados.  
143 Demonstra sua preocupação e descontentamento com a Resolução quinze de dois mil e dezoito que  
144 finita o atendimento, com a exclusão daqueles com dificuldades leve e moderada. A mesma afirma que  
145 a SEED já foi informada. **Discussão.** Observação, destaque para a instrução que será revista este  
146 ano. O Senhor Isacc Ramos sugere a troca do termo revista, pelo termo revisada. Manutenção do  
147 termo da forma que a solicitante o fez. O senhor Presidente retorna a palavra apontando ter tido  
148 recentemente muita discussão sobre o assunto, pede mais informações sobre a Resolução sete de  
149 dois mil e dezoito e da Legislação, com uma instrução mais precisa para assim, poder instrumentalizar  
150 melhor o atendimento dos Centros. A SEED em nome da senhora Cláudia Saldanha, em fala, afirma  
151 não ter tido alteração alguma e nenhum recolhimento de professor, aponta que houve sim, uma  
152 manifestação, Claudia esclarece que pessoalmente foram até a Assembléia Legislativa do Paraná,  
153 falar com o Presidente da Comissão da Educação, o Senhor Hussein Bakri, para pedir algum  
154 posicionamento, bem como, da senhora Secretária de Educação Senhora Lúcia Aparecida Cortez  
155 Martins e do professor José... A solicitação era para que eles pudessem rever a Instrução. Por  
156 conseguinte, ela informa que se foi criada uma nova Instrução para contemplar o atendimento.  
157 Ressalva para a Resolução vinte e cinco, correção, Deficiência Visual que contempla o atendimento a  
158 Comunidade. O Presidente se posiciona, ressaltando algumas manifestações importantes que  
159 ocorreram e também por ter recebido um telefonema do município de Boa Vista. Por isso, se justifica a  
160 solicitação de maiores esclarecimentos da senhora Cláudia Saldanha. **Discussão segue.** Ao pontos  
161 que tratam da isenção do IPVA para carros novos adaptados, o COEDE encaminha Ofício quinze de  
162 dois mil e dezoito. Em resposta, Detran informa as condições para obtenção do desconto do IPI, bem  
163 como, que o processo MP sessenta e três pode ser solicitado ao SINETRAN para inspeção, ou junto  
164 às empresas autorizadas, ou em Despachante credenciado. Pedem para se encaminhar essas  
165 orientações a todos os Conselheiros para ciência, com anexo da descrição das Empresas  
166 cadastradas. Com relação à isenção de ICMS e aquisição de veículos, pontua-se as dificuldades e a  
167 demora na concessão desses direitos. Solicitam da SEFA um prazo para se manifestar sobre o  
168 benefício e a quantificação da demanda reprimida atualmente para análise deste Colegiado. Senhor  
169 Presidente passa a palavra para Bruna Figueredo Abdalla. **Segue leitura da Segunda Comissão de**  
170 **Garantias de Direitos.** Apoio Técnico, Bruna Figueredo Abdalla, Coordenador Ivan de Pádua.  
171 Relatora Raquel Bampi. Falta de Acessibilidade para surdos nas Agências do INSS. **Ofício número**

172 **mil duzentos e quarenta e seis/GABPRE/INSS Retorno do Ofício trinta de dois mil e dezoito**  
173 **COEDE.** O Conselheiro Júlio Marcos solicitou inclusão do assunto em pauta em razão das constantes  
174 reclamações das pessoas com deficiência auditiva em relação à ausência de intérpretes de libras para  
175 viabilizar a comunicação no atendimento e na realização das perícias junto ao INSS. Além da Lei  
176 número dez mil quatrocentos e trinta e seis, barra dois mil e dois, que dispõe sobre a Língua Brasileira  
177 de Sinais Libras, o art. vinte e seis do Decreto número cinco mil seiscentos e vinte e seis, barra dois  
178 mil e cinco dispõe artigo vinte e seis. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público,  
179 as empresas concessionárias de Serviços Públicos e os órgãos da administração pública federal,  
180 direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e  
181 difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras Língua Portuguesa, realizados por servidores  
182 e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação,  
183 conforme prevê o Decreto cinco mil duzentos e noventa e seis de dois mil e quatro. As Instituições de  
184 que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e  
185 empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras. O Poder Público, os órgãos da  
186 Administração Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm  
187 concessão ou permissão de Serviços Públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo  
188 como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado,  
189 previsto no caput.”. Ainda, referido Decreto determinou prazo para que as empresas públicas se  
190 adequassem Artigo vinte e oito. Os órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, devem  
191 incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste  
192 Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de Professores,  
193 Servidores e Empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de  
194 Libras Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.” **Parecer da Comissão,**  
195 Envio de ofício ao INSS questionando sobre o cumprimento das legislações em todas as gerências do  
196 Estado do Paraná. Enviar ofício ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e ao  
197 CONADE para manifestação. O questionamento aos órgãos diz respeito não somente a acessibilidade  
198 arquitetônica mas também atitudinal (exemplificando) **Parecer do COEDE Aprovado.** Em Retorno ao  
199 ofício, o Ministério Público Federal solicitou que seja encaminhada resposta do INSS bem como cópia  
200 da Denúncia à Procuradoria da República em Pato Branco/PR. Aguardar retorno do INSS e  
201 encaminhar para o MPF de Pato Branco. **Parecer da Comissão,** Aguardar retorno do INSS e  
202 encaminhar ofício para o MPF. **Parecer do COEDE Aprovado** parecer da Comissão. Em retorno, o  
203 CONADE informou que encaminhou a denúncia para a Procuradoria Geral da República, bem como  
204 recomendou ao Ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, com um parecer dos direitos das  
205 pessoas com deficiência, “para que determine a acessibilidade para as pessoas surdas na agência do

206 INSS no Estado do Paraná, e via de regra, em todo o País, com a contratação de intérpretes de libras  
207 para viabilizar a comunicação no atendimento e na realização das perícias junto ao INSS, conforme a  
208 legislação em vigor;”. No mais, o CONADE encaminhou a mesma recomendação ao presidente do  
209 INSS. Ainda, o CONADE encaminhou cópia do parecer para o Ministro do Desenvolvimento Social e  
210 Agrário, Presidente do INSS, Presidente do Conselho Federal da OAB, Procuradoria Geral da  
211 República, MPF, bem como a este Conselho. Em contrapartida, a Coordenação da Saúde e Qualidade  
212 de vida no trabalho do INSS, em retorno ao ofício encaminhado justificou que a Coordenação de  
213 Saúde é responsável pela acessibilidade aos servidores do INSS, razão pela qual determinou o  
214 encaminhamento ao setor responsável. Nesta Senda, a Divisão de Educação à Distância do INSS  
215 recebeu o ofício para identificar “os servidores das Gerências Executivas/Superintendências,  
216 capacitados no Curso de Língua Brasileira de Sinais Libras para atuar como intérpretes durante o  
217 atendimento”, em resposta, a Divisão informou que encaminhou DVD para a Diretoria de Gestão de  
218 Pessoas do INSS contendo a relação dos servidores inscritos e aprovados em curso de Libras, por  
219 unidade de lotação e situação cadastral. No mais, o MPF de Pato Branco informou o arquivamento do  
220 inquérito instaurado em razão da falta de provas concretas da denúncia. De outra forma, o MPF de Foz  
221 do Iguaçu informou que instaurou Inquérito Civil n. 1.25.003.005998/2018-11. **Parecer da Comissão,**  
222 Encaminhar ao MPF os ofícios e parecer recebidos para ser anexado ao inquérito, bem como solicitar  
223 ao INSS cópia do DVD encaminhado onde consta a relação de servidores intérpretes de libras.  
224 **Parecer do COEDE Aprovado. Órteses e Próteses fornecidas pelo HC Ofício n. 5553/2018**  
225 **ASS.SMS Retorno do ofício n. 104/2018/COEDE.** O Conselheiro Carlos Renato informou que na  
226 cidade de Paranaguá centenas de pessoas com Deficiência fizeram pedido de próteses, órteses e  
227 cadeiras de rodas, há três ou quatro anos atrás e ainda que houve uma denúncia que vários cadastros  
228 e solicitações desapareceram do sistema. Assim as pessoas estão questionando se ainda há pedido  
229 com o HC, se foi ou não extraviado, qual o prazo para entrega dentre outros questionamentos.  
230 **Parecer da Comissão,** Orientado que o serviço responsável por esse atendimento é o Centro  
231 Hospitalar de Reabilitação CHR e não o HC. A conselheira Raquel Kovac explicou o funcionamento do  
232 fluxo de atendimentos para fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais OPM e que essa  
233 fila se formou devido a transição do antigo prestador Associação Paranaense de Reabilitação APR  
234 para o CHR. Ainda, explicou que essa fila está sendo atendida pelo atual prestador desde dezembro  
235 de 2017 e se colocou a disposição do Conselheiro Carlos Renato para receber a lista de usuários com  
236 pendências para informação sobre a situação dos mesmos. O Conselheiro Carlos apresentará  
237 formalmente a lista para a SESA a qual apresentará a resposta nesta Comissão tão logo a receba.  
238 Encaminhar ofício a SMS Curitiba questionando como está o prazo atual de entrega de OPM através  
239 do CHR e se ainda há pacientes com pendências oriundas da APR. **Parecer do COEDE Aprovado.**

240 Em resposta ao ofício encaminhado, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba informou que a  
241 entrada dos usuários com necessidade de OPMAL ocorre pelo agendamento de consulta  
242 especializada nas unidades básicas de saúde e para pacientes com pendência ao recebimento, o  
243 agendamento para avaliação global é pela SMS Central de Marcação de Consulta Especializada. No  
244 mais, informaram que a entrega das OPMAL é de responsabilidade do CHR e que ainda há fila de  
245 espera para reavaliação para concessão de OPMAL de pacientes que estavam vinculados à APR e  
246 esclareceram que estão providenciando uma nova programação junto ao CHR para ampliar as  
247 avaliações e o quantitativo do fornecimento. **Parecer da Comissão**, Aguardar retorno dos demais  
248 ofícios. **Parecer do COEDE Aprovado**. A Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, em retorno ao  
249 ofício 104/2018 informou que “A fila de espera disponível na Central de Marcação de Consultas  
250 Especializadas CMCE refere-se a pacientes encaminhados pelas Unidades de Saúde, para a  
251 concessão de OPM bem como para Reabilitação Física, não possuindo vaga específica para  
252 disponibilização de OPM;”. No mais, esclareceu que atualmente há 1.215 usuários em fila de espera  
253 dentre usuários exclusivamente aguardando recebimento de OPM, avaliação ou ambas as situações.  
254 O referido órgão relatou que o Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier é o atual  
255 contratado para a concessão de OPM e que os agendamentos ocorrem por sistema informatizado,  
256 respeitando-se a ordem de inserção na fila de espera. Ainda, a Secretaria informou que ainda há um  
257 montante de 1.200 usuários que aguardam a entrega de OPM, “que referem-se aos usuários  
258 anteriormente atendidos pela Associação Paranaense de Reabilitação APR,(serviço anteriormente  
259 habilitado pelo Ministério da Saúde como CER III) que fizeram avaliação porém não haviam recebido  
260 os produtos. A APR teve seu contrato suspenso em função de não atender as cláusulas previstas no  
261 contrato. Esses usuários estão sendo agendados em ofertas específicas para pendências da APR,  
262 onde são atualizadas as medidas para concessão dos produtos. Esses usuários estão sendo  
263 agendados por ordem cronológica de autorização do produto;”. Por conseguinte, a Secretaria  
264 comunicou que alguns produtos não estão sendo concedidos tendo em vista que precisa de habilitação  
265 como Centro Especializado em Reabilitação CER pelo Ministério de Saúde. “São eles, Cadeiras de  
266 rodas motorizadas e cadeira de rodas monobloco”, assim “os usuários que tem indicação deste tipo de  
267 produto deverão aguardar a habilitação pelo Ministério da Saúde. Porém, de acordo com avaliação da  
268 equipe do CHR, caso haja possibilidade de indicação de outro tipo de cadeira que esteja sendo  
269 concedida, o mesmo pode ser realizado a fim de possibilitar a independência de locomoção para os  
270 usuários”. Por fim, a Secretaria informou que o Centro de Controle, Avaliação e Auditoria CCAA da  
271 Secretaria Municipal da Saúde, está acompanhando os casos de entrega de OPM, tanto os pendentes  
272 da APR como os novos já avaliados pelo CHR, bem como a qualidade das OPM entregues. **Parecer**  
273 **da Comissão**, Encaminhar ofício à SESA questionando sobre os fornecedores de OPMAL para todo o

274 Estado. **Parecer do COEDE**, Encaminhar ofício à SESA bem como encaminhar ofício solicitando  
275 esclarecimento ao CONADE em relação a habilitação do CHR como CER III. Retorno das  
276 Concessionárias sobre a isenção de pedágio para pessoas com deficiência. O Conselheiro Carlos  
277 Renato questionou qual os critérios de isenção de pedágio nas Rodovias é praticado pela  
278 Concessionária Ecovia e qual lei atualmente em vigor garante o direito de ir e vir nas rodovias  
279 pedagiadas. Atualmente, não há nenhuma legislação nacional para a isenção de pedágio a qualquer  
280 cidadão brasileiro, seja ele idoso, pessoa com deficiência, estudante, empresário, etc. Há alguns  
281 projetos em tramitação em âmbitos municipais, estaduais, e federal, mas nada que pareça que vá pra  
282 frente nos próximos anos. O que existe hoje são leis municipais ou acordos realizados com algumas  
283 concessionárias para estabelecer a isenção de pedágio em algumas situações. **Parecer da**  
284 **Comissão**, Encaminhar ofício às Concessionárias de pedágio do Estado com os questionamentos  
285 acima. **Parecer do COEDE Aprovada**. Em resposta aos ofícios encaminhados, as Concessionárias  
286 **Ecocataratas e Ecovia** informaram que inexistente Legislação em vigor para isenção do pedágio para  
287 pessoa com deficiência e que os casos passíveis de isenção estão previstos no Contrato de  
288 Concessão n. 073/97 e n. 076/97 (que não contemplam a pessoa com deficiência). Nesta senda as  
289 concessionárias **VIAPAR e Caminhos do Paraná** também comunicaram que a isenção de pedágio é  
290 deduzida apenas às hipóteses contempladas no acordo, os quais não mencionam a pessoa com  
291 deficiência. No mesmo sentido, as Concessionárias **Econorte e CCR Rodonorte** informaram que a  
292 isenção é referente ao acordo n. 071/97 e n. 075/97 (que não contemplam pessoa com deficiência)  
293 bem como as determinadas na Lei n. 13.103/2015 ( que condiz aos eixos suspensos de veículos de  
294 carga) e à Lei Estadual n. 18.537/2015, regulamentada pelo Decreto n. 5.065/2016 que determina a  
295 isenção de pedágio para os casos de doenças graves e degenerativas previstas no Decreto n.  
296 4.742/2009 e Resolução da SESA n. 246/2010. **Parecer da Comissão**, Trazer para a próxima reunião  
297 projetos de lei para análise e possível elaboração de novo projeto de lei. **Parecer do COEDE**  
298 **Aprovado**. Retorno referente ao Ofício 006/2018 Discutir como enfrentar a exclusão das pessoas com  
299 deficiência visual, provocado pelo lançamento no mercado das máquinas touch screen de pagamento  
300 em cartão de débito e crédito. (conselheiro Ivan) Retorno das empresas credenciadas sobre a película  
301 autocolante com identificação tátil; O Conselheiro Ivan solicitou a inclusão da discussão acerca das  
302 novas máquinas de pagamento com cartão “touch screen”. As novas maquinetas excluem as pessoas  
303 com deficiência visual de suas obrigações financeiras, uma vez que não possuem programa que possa  
304 fazer a leitura dos caracteres com síntese de voz, impossibilitando assim que as pessoas com  
305 deficiência visual possam digitar sua própria senha. Assim, foi encaminhado o ofício 006/2018 a  
306 Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços e em resposta fomos informados  
307 que para solucionar o problema de acessibilidade dos aparelhos “touch screen” foi criada uma película

308 autocolante com identificação tátil, fixada permanentemente na superfície de digitação de senha do  
309 terminal. No mais, desenvolveram um aplicativo que faz leitura das informações da transação por meio  
310 da câmera do celular e as traduz em áudio para o usuário antes de digitar a senha, o aplicativo chama-  
311 se “Pay voice”. Observação, Encaminharam folders explicativos do aplicativo, em versão acessível.  
312 **Parecer da Comissão**, Sugerir a todos os conselheiros que verifiquem no momento das compras se  
313 tem disponibilidade do aplicativo ou não; Encaminhar ofício para a ABECS objetivando esclarecer a  
314 logística de distribuição e obrigatoriedade de utilização da película, ou seja, como é feita a distribuição,  
315 se há custos e se deve ser solicitado pelo estabelecimento, bem como, está sendo divulgado a  
316 existência da película e do aplicativo. **Parecer do COEDE Aprovado**. Em resposta ao ofício  
317 encaminhado por este Conselho, a ABECS informou que não pode atender a solicitação uma vez que  
318 não dispõe de informações comerciais “de suas associadas para que possa informar sobre a logística  
319 de distribuição, a obrigatoriedade na utilização da película autocolante com a identificação tátil, os  
320 custos, a ocorrência de solicitações feitas por parte do estabelecimento comercial e sua divulgação.  
321 Essas informações são exclusivas das credenciadoras.”. Contudo, encaminharam relação das  
322 empresas que atuam como credenciadoras associadas para que possamos encaminhar a solicitação  
323 anterior. **Parecer da Comissão**, Encaminhar o ofício anterior para a lista de credenciadoras. **Parecer**  
324 **do COEDE aprovado**. As operadoras de máquinas de cartão responderam os ofícios encaminhados, a  
325 CREFISA, BANRISUL CARTÕES informaram que não trabalham com terminais *touch*, por sua vez, a  
326 PAGSEGURO informou que houve a substituição do terminal *touch* pelo modelo D190 “moderninha  
327 plus” que possui teclado com marcação tátil, além de que, com o novo lançamento do modelo “Smart”  
328 é disponibilizada a película tátil (que já vem na caixa do produto). A GETNET esclareceu que 99% dos  
329 aparelhos da empresa possuem teclado físico e os que não possuem essa característica, os com  
330 teclados “touch” tem acessibilidade disponível apenas para o sistema Android, razão pela qual  
331 solicitaram as películas tátil. O BANCO SAFRA informou que ainda só trabalham com terminais  
332 tradicionais e que os novos modelos “touch” que estão sendo implantados vem com acessibilidade. A  
333 operadora CIELO justificou que encaminhou para seus clientes a película para o modelo D200 ZIP e  
334 Mobile, uma vez que para as maquinas ICMP ainda não foram recebidas as películas, no mais,  
335 informaram que estão realizando o mapeamento dos clientes para a possível substituição das  
336 máquinas que não possuem acessibilidade. **Parecer da Comissão**, Encaminhar ofício para as  
337 operadoras de cartão solicitando a conscientização sobre a acessibilidade nas máquinas *touch* e o uso  
338 da película aos seus usuários, bem como encaminhar ofício a associação comercial do Paraná.  
339 **Parecer do COEDE**, Secretaria executiva convidar as operadoras CIELO e PAGSEGURO para  
340 comparecer na próxima reunião com as máquinas touch com películas aplicadas para testes dos  
341 Conselheiros estipulando prazo de resposta e caso haja retorno negativo será agendada a visita. **Falta**

342 **de acessibilidade nos hotéis, motéis e restaurantes do Estado do Paraná.** O Conselheiro Ricardo  
343 Vilarinho indagou sobre a fiscalização dos órgãos competentes à acessibilidade de hotéis, motéis e  
344 restaurantes no Estado do Paraná; **Parecer da Comissão,** Encaminhar ofício para órgãos  
345 fiscalizadores questionando sobre as providências tomadas em relação à acessibilidade, bem como  
346 questionar como são feitas as “liberações”, quais as exigências. (CREA E CAU). **Parecer do COEDE**  
347 **aprovado.** Ofício 015/2018/CMPD de Cascavel Laudo Psicológico para isenção de IPI/IOF. **Ofício n.**  
348 **1.158/2018 RFB Gabinete da Receita Federal.** Retorno do Ofício n. 040/2018/COEDE. O Conselho  
349 Municipal em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Cascavel encaminhou ofício  
350 questionando sobre a obrigatoriedade da avaliação do psicólogo no Laudo Médico da Receita Federal,  
351 para compra do carro com isenção do IPI/IOF, no caso das pessoas com deficiência intelectual. A  
352 obrigatoriedade da avaliação de um psicólogo encontra-se no art. 3º da Portaria Interministerial  
353 SEDH/MS n. 2/2003 conforme disposto “Art. 3 A condição de pessoa com deficiência mental severa ou  
354 profunda, ou autismo será atestada em conjunto por médico e psicólogo, nos formulários específicos  
355 citados no parágrafo único do art. 2º, seguindo os critérios diagnósticos constantes desta portaria, os  
356 quais foram estabelecidos no Decreto n 3.298/99 e no DSM-IV Manual Diagnóstico e Estatístico de  
357 Transtornos Mentais.” **Parecer da Comissão,** Envio de ofício à Receita Federal questionando a  
358 relevância da apresentação do Laudo pelo Psicólogo, tendo em vista a dificuldade de avaliação por  
359 três profissionais. **Parecer do COEDE Aprovado.** Em retorno ao ofício encaminhado, a Receita  
360 Federal informou que a medida administrativa visa evitar fraudes “com observância aos princípios de  
361 respeito à dignidade a pessoa humana e aos princípios administrativos da razoabilidade e  
362 proporcionalidade”. No mais, informaram que, visando facilitar está sendo implantando um sistema “a  
363 qual estabelece que a condição da pessoa com deficiência mental severa ou profunda, ou autismo,  
364 será atestada em conjunto por médico e psicólogo, nos formulários específicos”. **Parecer da**  
365 **Comissão,** Tendo em vista que o retorno não foi esclarecedor encaminhar ofício à receita justificando  
366 a dificuldade das pessoas em conseguir um laudo do psicólogo, bem como sugerindo algumas  
367 alterações de documentação a ser anexada, por exemplo apenas dois laudos de profissionais podendo  
368 ser um deles neurologista ou psiquiatra. **Parecer do COEDE aprovado. Acessibilidade nas rodovias**  
369 **do Paraná para Surdos.** O Conselheiro Ricardo Vilarinho indagou sobre os números de emergência  
370 que constam nas placas das Rodovias, se há acessibilidade para o surdo ou deficiente auditivo;  
371 **Parecer da Comissão,** Encaminhar Ofício às concessionárias de Pedágio, bem como aos órgãos de  
372 Defesa Civil com o questionamento acima, questionar sobre divulgação caso tenha o contato  
373 acessível. **Parecer do COEDE aprovado. Denúncia/Empresa de Transporte – Passe Livre** Este  
374 Conselho recebeu uma denúncia sobre o Município de Arapoti/PR que as empresas de transporte  
375 estão utilizando manobras para não dar cumprimento à legislação do passe livre, passando a fornecer

376 passagens de ônibus convencional apenas para Sábados e Domingos. **Parecer da Comissão**, Tendo  
377 em vista que já existe na Procuradoria o inquérito Civil n. 1.25.002.001415/2014-60, que tem por  
378 objetivo apurar a possível restrição no fornecimento de passagens para pessoas com Deficiência pelas  
379 empresas de ônibus, sugerimos o encaminhamento de ofício ao MPF Federal informando mais uma  
380 denúncia, bem como, se possível informação sobre o inquérito administrativo. **Parecer do COEDE**  
381 **Aprovado. Ofício 009/2019 – Associação de Proteção e Defesa da Acessibilidade da Pessoa com**  
382 **Deficiência – APDAPD.** A Associação de Proteção e Defesa da Acessibilidade da Pessoa com  
383 Deficiência nos encaminhou a solicitação para que haja uma determinação que o símbolo Internacional  
384 de Acessibilidade sejam retirados dos ônibus de linha e de passeio, uma vez que eles não são  
385 totalmente acessíveis pois não comportam alguns tipos de cadeiras de rodas e alguns não permitem o  
386 cão guia. **Parecer da Comissão**, Encaminhar ofício ao Conselho Municipal bem como à URBS  
387 questionando sobre a acessibilidade, bem como verificar sobre as fiscalizações. **Parecer do Coede**  
388 **Aprovado.** Importante destacar que a discussão sobre os Ofícios 1687/2018 PRM/FOZ e Ofício  
389 1056/2019 MP Federal foram retirados de pauta e anexados ao ponto. **Retorno da visita realizada ao**  
390 **Complexo Médico Penal Relatório**, Em 23/11/2018 conforme “Deliberado” em plenária foi realizada a  
391 visita ao complexo médico penal com o fulcro de fiscalizar a acessibilidade das pessoas com  
392 deficiência que encontram-se reclusas. Participaram da visita os conselheiros Mauro Vicenzo Claudio  
393 Nardini, Andreia Cristina de Fátima dos Santos e Celma Juliane Siqueira Gomes e como apoio à parte  
394 técnica Bruna Figueredo Abdalla da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.  
395 Atualmente o complexo médico está com 08 (oito) deficientes físicos dependentes de cadeira de rodas  
396 bem como alguns detentos ostomizados ( não foi levantado número específico), quanto as deficiências  
397 visual e auditiva não há nenhum detento. Em relação à deficiente intelectual não foi possível levantar o  
398 número de detentos uma vez que eles não fazem a diferenciação entre deficiência intelectual e  
399 doenças psicológicas. Chegamos ao Complexo às quatorze horas onde fomos recepcionados pela  
400 enfermeira Juraci e a Assessora Laurita que nos acompanharam durante toda a fiscalização. Iniciamos  
401 a fiscalização junto às salas de aula e de educação artística, embora tenha professores faltam  
402 materiais para oficinas de artes e atividades, no mais, as pessoas que utilizam cadeira de rodas estão  
403 sendo prejudicadas em razão do assoalho solto, não podendo ir até as salas de atendimentos uma vez  
404 que “trava” a cadeira. Após verificar esta estrutura fomos encaminhados à ala feminina, onde encontra-  
405 se uma deficiente física. Na cela em que tivemos acesso encontravam-se quatro detentas, sendo uma  
406 ostomizada, traqueostomia, duas das quais não identificamos a deficiência e uma paraplégica. O  
407 conselheiro Mauro questionou sobre os cuidados em relação à fisioterapia, tratamento de edemas e  
408 feridas, fomos informados que a detenta não tem efetuado fisioterapia regularmente, uma vez que há  
409 falta de agentes penitenciários e que são eles que acompanham os detentos à clínica de reabilitação.

410 No mais, verificamos que a detenta está utilizando cadeira de rodas para obesos, não conseguindo  
411 assim se locomover, ainda, o Conselheiro orientou acerca dos cuidados que devem ser efetuados com  
412 a troca dos drenos, bem como orientou que a detenta deve ficar calçada para evitar o “pé equino”, as  
413 detentas informaram que elas se auxiliam e que são elas que costumam ajudar Josana a mudar de  
414 posição, tomar banho e dirigir-se ao pátio para banho de sol, informaram que pela cadeira de rodas ser  
415 muito grande o acesso ao pátio tem sido prejudicado pois não passa pela porta. Quanto a parte  
416 estrutural, verificamos que há cadeiras para banho, bem como mesmo que precária, uma rampa para  
417 chegar ao chuveiro e ao vasos sanitários abertos dentro das celas. Na cela masculina que tivemos  
418 acesso haviam dezesseis detentos, sendo que quatro deles usam cadeira de rodas, o conselheiro  
419 Mauro conversou com um detento que informou que efetua a troca dos drenos e também reclamou  
420 sobre o cuidado de machucados. Em relação a estrutura, embora precária havia rampa de acesso para  
421 chuveiro e vaso sanitário. Não conseguimos adentrar ao pátio do banho de sol uma vez que haviam  
422 muitos detentos, mas verificamos através da porta de vidro que há um caminho em meio a grama para  
423 cadeira de rodas. Quanto aos tratamentos nas clínicas de reabilitação nos informaram que os detentos  
424 têm sido prejudicados pela falta de agentes penitenciários para fazer os acompanhamentos, no mais, a  
425 enfermeira que nos acompanhou informou que há ela e mais uma enfermeira e oito técnicos de  
426 enfermagem e que precisariam de uma capacitação para lidar com pessoas com deficiência, uma vez  
427 que pequenas dicas que o Conselheiro Mauro deu já será aplicado por elas. O Conselheiro Mauro  
428 informou que notou mudança estrutural desde a última visita, as celas são maiores, há cadeiras de  
429 banho, rampas de acesso. Verificamos que a falta de agente penitenciário tem prejudicado  
430 efetivamente a reabilitação dos detentos, tendo em vista que não estão tendo tratamentos pois não há  
431 quem os acompanhe junto à clínica. No mais, falta uma capacitação para os funcionários saberem lidar  
432 com todos os tipos de deficiência. Tal capacitação poderia ser passada até para os detentos, uma vez  
433 que na maioria das vezes são eles que se ajudam la dentro. **Parecer da Comissão**, Encaminhar ofício  
434 à SESP questionando sobre a contratação de agentes penitenciários, bem como solicitar um  
435 mapeamento das deficiências e número de quantos de cada deficiência encontram-se reclusos. No  
436 mais, verificar acerca de novas cadeiras de rodas, solicitar no ofício que sejam adquiridas cadeiras e  
437 verificar uma possível capacitação aos funcionários. **Parecer do COEDE**, Encaminhar ofício à SESP  
438 questionando sobre a contratação de agentes penitenciários, bem como solicitar um mapeamento das  
439 deficiências e número de quantos de cada deficiência encontram-se reclusos. Questionar também  
440 sobre pessoas com Deficiência que encontram-se reclusas em outras penitenciárias, bem como sobre  
441 os profissionais de saúde que trabalham no Departamento, número efetivo de profissionais e função,  
442 ainda em ofício separado questionar sobre a acessibilidade para visitantes. No mais solicitar no ofício  
443 que sejam adquiridas cadeiras e verificar uma possível capacitação aos funcionários. **Encerra leitura**

444 **da segunda Comissão. Reunião prossegue com abertura de discussão da segunda Comissão,**  
445 com alguns apontamentos importantes. Sobre a falta de acessibilidade para surdos em agência do  
446 INSS, apontam que os Ofícios devam ser encaminhados aos Órgãos responsáveis para que seja  
447 facilitado a comunicação; que a Coordenação de Saúde é a responsável por essa adaptação junto ao  
448 INSS, solicita-se um intérprete de libras para atendimento do público. Com relação à Secretaria  
449 Municipal de Curitiba, levanta-se questionamentos sobre as reabilitações que estão sem vaga e muitos  
450 aguardam em filas de espera. Pede-se atenção urgente a esta situação. Sobre a aquisição da cadeira  
451 de rodas, são mil e duzentos usuários que aguardam concessão do produto, as cadeiras motorizadas  
452 e cadeiras monoblocos indisponíveis. CCAA é quem acompanha as entregas das cadeiras.  
453 **Discussão.** Surge uma dúvida sobre essas cadeiras monoblocos, qual a especificação mais precisa  
454 de ser uma cadeira monobloco. O Conselheiro senhor Ricardo Vilarinho da Costa, esclarece que, se  
455 trata de uma cadeira muito mais leve que a tradicional, referido-se ela ser até três vezes mais leve, e  
456 de fácil manuseio para o dependente. E ainda, garante praticidade porque o mesmo faz uso de um  
457 desses modelos de cadeiras. Senhor Ricardo vilarinho, sugere que Oficialize a Secretaria de Saúde e  
458 o CONADE de como está o processo, para monitoramento e agilidade. Presidente abre para votação.  
459 Aprovado. Ademais, ainda faz uma observação sobre ser específico e assim, pede-se para descrever o  
460 termo por extenso, CHR Centro de Reabilitação. A reunião segue com a discussão sobre o pedágio; a  
461 observação é sobre se ter um contrato em vigência mas que este, não contempla a pessoa com  
462 deficiência. As Concessionárias, Econorte e a Rodonorte apresentaram seus posicionamentos dizendo  
463 que seguem as leis regulamentadas, para tanto a discussão se estende. Acordado o Parecer, trazer  
464 em pauta para a próxima reunião, para então, se pensar em novos Projetos de Lei. Pede a palavra  
465 senhor Ricardo Vilarinho, que sugere que esta discussão seja realizada também junto ao  
466 Representantes do Estado por se tratar de um Decreto Estadual, para que eles se posicionem e assim,  
467 essa problemática se torne uma Política Pública. O Presidente se posiciona, considerando importante  
468 que os assuntos de Pesquisa de Projetos, Leis e Decretos sejam pautados na próxima reunião, e que  
469 é necessário melhor instrumentalização, e somente posteriormente acionar o Estado. Prossegue a  
470 reunião, tratando das películas em maquinas de cartões de banco. Reforçam a necessidade dos  
471 bancos se posicionarem sobre qual a providência estão tomando para possibilitar a acessibilidade a  
472 todos, sendo assim Oficializados. Ressaltam também, a necessidade de se Conscientizar as  
473 Empresas e/ou a Associação Comercial do Paraná para tal adaptação. Ajusta-se os termos, sendo  
474 importante diferenciar o usuário, o deficiente, para uso da máquina. Senhor Ricardo Vilarinho relata ter  
475 passado constrangimento ao se fazer uso dessas maquinas, pois só é percebido a dificuldade,  
476 quando se é necessário fazer uso dela, por conseguinte, pontua a necessidade de se buscar mais  
477 esforços para essa problemática ser solucionada com maior brevidade. O mesmo, considera que esta

478 película não resolverá o problema. Mas salienta a importância da conscientização. Em fala, o Senhor  
479 Presidente sugere ser importante fazer o teste nas maquinas, para ver se realmente funcionam, pois  
480 se assim for, e a película de fato não ser resolutive, diz ser necessário dar outros encaminhamentos.  
481 Senhora Bruna Figueroa pontua, dizendo que a CIELO em resposta, diz que estão em teste para  
482 aprovação. Em discussão, Surge a ideia de se instituir uma Comissão para este caso, designando três  
483 pessoas para a Coordenação. Senhora Samanta Krevoruczka , afirma que para se fazer a Comissão  
484 seja necessário Deliberar, e portanto, concorda em seguir com a cobrança junto as Empresas, mas  
485 sem abertura de Comissão. Aprazam para a possibilidade de se chamar os Representantes dessas  
486 Empresas para se posicionarem. A sugestão é que seja feito o convite para virem ao Conselho.  
487 Samanta e Mauro pactuam a vinda deles devido a ecomocidade da visita e ainda, relata que existe um  
488 Escritório Regional dessas Empresas onde são feitas as distribuições dessas máquinas. Bruna  
489 Figueroa, pontua a preocupação em convidá-los e não comparecerem, sugere que seja melhor ir até  
490 eles para garantir que a situação seja resolvida. Ivan Pádua concorda com a ida de todos, pontuando  
491 ser um peso maior, mas acentua que se eles não vierem após a convocação, será necessário tomar  
492 outra providência urgente. Bruna Figueroa diz então, ser importante colocar no convite um prazo de  
493 resposta. Em momento descontraído, Ricardo Vilarinho, que é cego, se posiciona positivamente para a  
494 ida até a Empresa. Parecer Aprovado. Referente a falta de acessibilidade em hotéis, restaurantes ou  
495 outros, o senhor Ricardo Vilarinho, expõe uma situação particular ocorrida em Irati, cidade do interior,  
496 um hotel totalmente acessível se comparado com outro em que esteve em Paranaguá e que não tem  
497 nenhuma acessibilidade. Discutem a necessidade de se verificar as exigências que eles devem  
498 cumprir. **Prossegue a discussão.** Do Ofício mil cento e cinquenta e oito de dois mil e dezoito,  
499 pontuam sobre qual a relevância de se ter três profissionais para apresentação de laudo, da  
500 dificuldade de se obter esse laudo e ainda, sugerem que sejam exigidos apenas dois profissionais,  
501 sendo um médico clínico geral e outro o médico especialista. Observações são feitas com relação a  
502 demora de se conseguir um atendimento com psicólogo no SUS, a fila extensa que atrasa todo o  
503 processo. Discutem. Parecer Aprovado. Senhor Ricardo Vilarinho interrompe, ajustando um ponto  
504 sobre a discussão anterior, “O hotel em Paranaguá não era acessível, mas de tanto ir lá, agora está  
505 acessível.” As Pautas da Comissão de Garantias de Direito, dois pontos sete, dois pontos oito, com  
506 parecer Aprovados. A questão do Símbolo de Acessibilidade Internacional, os Conselheiros pactuam  
507 que se deve retirar o símbolo dos ônibus de linha que não estão adaptados corretamente, nem para  
508 cadeira de rodas e nem para cão guia. Os Conselheiros se posicionam que estão descumprimento a  
509 Lei e não estão aceitando as regras, portanto, consideram importante encaminhar denúncia dos  
510 Conselhos ao Ministério Público, Órgão de Fiscalização Municipal, URBS, e aguardar o retorno da  
511 resposta. Parecer Aprovado. **A discussão se alonga ao que refere-se a Unidade Penitenciária.**

512 Após visita de alguns Conselheiros, foi verificado a acessibilidade de quem está recluso, fazem vários  
513 apontamentos negativos, e assinalam para a falta da diferenciação da pessoa deficiente físico do  
514 deficiente intelectual, a falta de cadeira de rodas para a locomoção interna nas salas de atividades,  
515 pátio externo e para a clínica de reabilitação. O destaque é a falta de Funcionários, Agentes  
516 Penitenciários, para acompanhá-los, o que os impede da ida a clínica. O Conselheiro Mauro Nardini,  
517 observou algumas mudanças após a primeira visita, mas ainda muito insólito. Pontuam-se os pontos  
518 que devem ser verificados e encaminhados para o DEPEN, Secretaria de Segurança Pública e  
519 Gabinete do Secretário. Senhora Samanta Krevoruczka destaca a necessidade de se retirar os nomes  
520 dos apenados em documento. Senhora Andréa Cristina dos Santos, relata ter ficado bastante  
521 impressionada após a visita, e indaga se atualmente a situação não é nada satisfatória imagine  
522 anteriormente; e ainda, descreve uma ala que visitou, que ficavam quatro senhoras, uma delas levou  
523 um tiro e se encontra em cadeira de rodas, sem nenhum atendimento específico. Se mostra bem  
524 entristecida com o tratamento carcerário ruim dado as mulheres, e diz que este tratamento é  
525 desumano a pessoa que está sobre a tutela do Estado. A mesma, faz uma observação com relação a  
526 uma das carcerárias que lhe solicitou livros para leitura, por conseguinte, pede-se aos presentes livros  
527 para doação. Parecer, continuar com frequência as visita e aprofundar a discussão posteriormente por  
528 ser um assunto bastante delicado e prolixo. Senhora Larissa Sayuri, se preocupa com esses  
529 apontamentos e diz que é preciso uma atenção maior. Ricardo Vilarinho diz que esses Relatórios o  
530 deixaram aborrecido, em fala ele diz “ lamentável situação, precária, e infelizmente essas pessoas  
531 estão sendo consideradas subhumanas e que a atuação dos Conselhos é essa mesmo, pois essas  
532 pessoas precisam ser tratadas com seus direitos humanos básicos, respeitados”. Observa melhoras  
533 mais ainda tímidas. Na discussão, a preocupação volta a ser com as pessoas que ali se encontram  
534 em deficiência intelectual e sem um tratamento adequado, sem quadro de funcionário suficiente e sem  
535 capacitação dos mesmos. Questiona-se a impossibilidade de acesso a ala dos deficientes intelectuais,  
536 devido ao número reduzido de funcionários e por questões de segurança, os Conselheiros não  
537 conseguiram ir até a ala. Parecer, Solicitar mapeamento mais específico da quantidade desses  
538 deficientes nessas Unidades, agendamento de visita posterior e manter a discussão na próxima  
539 reunião. Já com relação a última **Comissão de Capacitação, Mobilização e Articulação, Apoio**  
540 **Técnico, Marcos Klazura Coordenadora Carla Regina W. de Moraes. Oficiom24/2019-CAOP de**  
541 **Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência ,Criação de Conselhos Municipais.** O  
542 CAOP solicita ao COEDE informações a cerca das respostas obtidas em relação ao Ofício Circular nº  
543 003/2018,que versava sobre a criação de conselhos municipais. Paralelamente à solicitação do MP, a  
544 SEDS informa que realizará levantamento junto aos Escritórios Regionais sobre a  
545 criação/funcionamento dos conselhos/criados. **Parecer da Comissão,** Retirada de Pauta por ausência

546 dos Conselheiros Governamentais **Parecer do COEDE Aprovado, pautar na próxima reunião.**  
547 **INCLUSÃO DE PAUTA**, Sugestão de Reunião da Sociedade Civil. A Conselheira Carla Moraes sugeriu  
548 a realização de um espaço para reunião da Sociedade Civil, com o objetivo de mais integração e  
549 alinhamento entre os Conselheiros, como proposta das 8:30h às 9:30h, antecedendo a reunião das  
550 Comissões. **Parecer da Comissão Aprovado. Parecer do COEDE Aprovado com o ajuste do**  
551 **horário para as 09h00 (ou 8h30 no hall de entrada) com inclusão do item na pauta.** Segue  
552 reunião. Sobre a criação dos Conselhos Municipais, aguardando retorno dos encaminhamentos, a  
553 discussão ficará para a próxima reunião, após maior embasamento. **Retirada de pauta. Aprovado.**  
554 Samanta Krevoruczka pontua que essa discussão não pode se perder, e deve voltar a pauta da  
555 próxima reunião. Discutem a possibilidade de uma reunião dos Conselheiros da Sociedade Civil.  
556 Senhora Carla Regina, relata a dificuldade encontrada para a abertura das salas e os transtornos  
557 gerados. Juliana Muller, Secretária Executiva se posiciona, esclarecendo as regras, de que as chaves  
558 não podem ficar em posse do funcionário e que a abertura das salas se dá somente após as nove  
559 horas. Discutem. Portanto, dada a complexidade, fica ajustado que a reunião acontecerá a partir das  
560 oito horas e trinta minutos, antecedendo a reunião do Conselho, a se iniciar no hall da Secretaria, no  
561 Palácio das Araucárias, no dia oito de abril de dois mil e dezenove. **Aprovado.** Segue para desfecho,  
562 com a fala o senhor Mario Sérgio Fontes, Representante da Autarquia dos Esportes do Paraná, SEET,  
563 informando a todos os presentes que a partir do dia dezenove ao dia vinte e três de junho deste ano,  
564 ocorrerá a Oitava Edição dos JAP's, e contará pela primeira vez com a presença de atletas deficientes  
565 auditivos; informe positivo e louvável. Em ilação final, o Presidente Ivan de Pádua, agradece a todos e  
566 despede-se de maneira descontraída, encerrando a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos.  
567 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Servidora Nicolle Pereira, a presente ata, assinada  
568 por todos os presentes acima nominados e referenciados.